

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.823.115 - PR (2019/0185569-3)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : UNIÃO**  
**RECORRIDO : HENRIQUE CAMARGO DE CERQUEIRA**  
**ADVOGADO : DIRCEU APARECIDO VIEIRA - PR020122**

## **EMENTA**

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. EMISSÃO DE PASSAPORTE. DIREITOS POLÍTICOS SUSPENSOS. CONDENAÇÃO CRIMINAL. IMPOSSIBILIDADE DE QUITAÇÃO ELEITORAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. ANÁLISE DA LIQUIDEZ DO DIREITO. IMPOSSIBILIDADE NO CASO CONCRETO. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO. SÚMULA 7/STJ. DEFICIÊNCIA NA ARGUMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 150):

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL. EMISSÃO DE PASSAPORTE. SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS. CERTIDÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL. POSSIBILIDADE.

1. Compete à Justiça Federal apreciar mandado de segurança impetrado contra ato de Delegado da Polícia Federal que indefere pedido de emissão de passaporte por não ter sido apresentado certidão da Justiça Eleitoral de que votou, justificou ou pagou multa (art. 109, inc. VIII, da Constituição Federal).
2. A certidão da Justiça Eleitoral atestando a suspensão dos direitos políticos em razão de condenação criminal constitui documento hábil para comprovar a inexistência de qualquer obrigação eleitoral pendente. Nessa hipótese, considera-se válido a apresentação de tal documento para fins de pedido de emissão de passaporte.
3. Apelação e remessa necessária desprovidas.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega violação do artigo 1.022, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes ao deslinde da controvérsia, quais sejam: (a) ausência de requisitos para concessão da segurança e de direito líquido e certo, conforme os artigos 1º e 10 da Lei n. 12.016/2009; (b) ausência de quitação eleitoral e fator impeditivo para emissão de passaporte, conforme o artigo 35, XVIII, da Lei n. 4.737/1965; (c) a falta de comprovação de votação exigida para emissão de passaporte somente pode ser suprida por certificado emitido pela Justiça Eleitoral, sendo inválido qualquer outro ato administrativo ou judicial que o dispense, conforme os artigos 7º, § 1º, V, da Lei n. 4.737/1965, 20, IV, do Decreto n. 5.978/2006; (d) competência da Justiça Eleitoral, conforme os artigos 29, I, e, e 34, III, da Lei n.

4.737/1965.

Quanto à questão de fundo, sustenta ofensa aos seguinte artigos, seguidos dos argumentos: (a) ausência de requisitos para concessão da segurança e de direito líquido e certo, conforme os artigos 1º e 10 da Lei n. 12.016/2009; (b) ausência de quitação eleitoral e fator impeditivo para emissão de passaporte, conforme o artigo 35, XVIII, da Lei n. 4.737/1965; (c) a falta de comprovação de votação exigida para emissão de passaporte somente pode ser suprida por certificado emitido pela Justiça Eleitoral, sendo inválido qualquer outro ato administrativo ou judicial que o dispense, conforme os artigos 7º, § 1º, V, da Lei n. 4.737/1965, 20, IV, do Decreto n. 5.978/2006; (d) competência da Justiça Eleitoral, conforme os artigos 29, I, e, e 34, III, da Lei n. 4.737/1965.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 251/252.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, afasta-se a alegada violação do artigo 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

No que diz respeito à alegada ofensa aos artigos 1º e 10 da Lei n. 12.016/2009, tem-se que a jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido da impossibilidade de se aferir a existência de direito líquido e certo em segurança concedida ou negada na origem com base na singularidade do caso, ante a necessidade de incursão no acervo probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE TRATAMENTO MÉDICO. MANDADO DE SEGURANÇA. ALEGADA OFENSA AO ART. 1º DA LEI 12.016/2009. **DIREITO LÍQUIDO E CERTO. VERIFICAÇÃO. CONTROVÉRSIA QUE EXIGE A ANÁLISE DAS PROVAS DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.** ASTREINTES. REVISÃO DO VALOR. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. CHAMAMENTO AO PROCESSO DA UNIÃO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015.

II. Trata-se, na origem, de Mandado de Segurança, impetrado pela parte ora agravada, apontando, como autoridade coatora, o Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco, objetivando "o fornecimento da Assistência Domiciliar com 06 horas de enfermagem diárias, bem como visita médica quinzenal, fisioterapia motora (5x por semana) e respiratória (3x por semana), fonoterapia (3x por semana), nutricionista (1x por mês), cama hospitalar que permita decúbitos de FOWLER E TRENDLENBURG, assim como todos os medicamentos prescritos, passagem de SNE, acompanhamento de cirurgião vascular, exames laboratoriais de rotina e materiais de forma contínua", tratamentos necessários para as doenças que a acometem.

III. O Tribunal de origem, à luz das provas dos autos, concedeu a segurança pleiteada, ressaltando que, "para esse tipo de enfermidade, o médico assistente Dr. Helcias Nascimento Leonardo de Lima, CRM-PE

21273, da Unidade de Saúde da Família do Bairro do Nobre, em Paulista(PE), que integra o sistema único de saúde - SUS, prescreveu o internamento domiciliar de baixa complexidade e demais medicamentos, conforme consta no laudo médico de fls.35/37. (...) Desta forma, comprovada a imprescindibilidade do internamento domiciliar de baixa complexidade e demais procedimentos prescritos, urge se defira o seu fornecimento, em homenagem ao direito constitucional à vida, de máxima expressão e guarida no ordenamento pátrio". **IV. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a análise da alegação de contrariedade ao art. 1º da Lei 12.016/2009, a fim de aferir a existência de direito líquido e certo, necessário à concessão da segurança, demanda exceder os fundamentos colacionados no acórdão guerreado, com a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos, o que implica, necessariamente, o reexame de fatos e provas, insuscetível de ser realizado, em sede de Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes do STJ.**

[...]

VIII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1464492/PE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 24/09/2019, grifo nosso)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. **REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE.**

1. Tendo a parte recorrente suscitado de modo genérico a afronta ao art. 535 do CPC/1973, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissa, contraditório ou obscuro, a aplicação da Súmula 284 do STF é de rigor.

**2. O Superior Tribunal de Justiça possui o entendimento de que aferir a existência de prova pré-constituída em sede de mandado de segurança, bem como de direito líquido e certo, demanda a análise do conteúdo fático-probatório constante nos autos, o que é inviável nos termos da Súmula 7 do STJ. 3. Agravo interno não provido.**

(AgInt no AREsp 734.061/PI, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/08/2019, DJe 29/08/2019, grifo nosso)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **MANDADO DE SEGURANÇA. ART. 1º DA LEI Nº 12.016/09. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA FÁTICA.**

**1. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que, via de regra, a apreciação da existência ou não de direito líquido e certo amparado por Mandado de Segurança e a inadequação de sua impetração não têm sido admitidas em Recurso Especial, pois exigem reexame de matéria fático-probatória.**

**3. Agravo interno não provido.**

(AgInt no AREsp 1365708/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/04/2019, DJe 25/04/2019, grifo nosso)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAL MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ - PMPI. PROMOÇÃO POR MERECIMENTO E ANTIGUIDADE. DECADÊNCIA NÃO CONFIGURADA. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. APLICAÇÃO

**DA SÚMULA 85/STJ. ALEGADA AUSÊNCIA DE PROVA DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO E DA INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA POR NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE DE VERIFICAÇÃO. EM AMBOS OS TEMAS FAZ-SE NECESSÁRIO O REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DO PIAUÍ A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

1. No que tange à alegada decadência para a impetração do Mandado de Segurança, o acórdão recorrido está em consonância com a orientação desta Corte de que, cuidando-se de mandamus impetrado contra ato omissivo da Administração, referente ao não pagamento de vantagem pecuniária a Servidor Público, o prazo decadencial se renova mês a mês, por se tratar de prestação de trato sucessivo. Nesse sentido: AgRg no MS 1.660.683/SP, Rel. Min.SÉRGIO KUKINA, DJe 17.10.2017.

**2. Este Tribunal Superior de Justiça possui entendimento firmado de que verificar a suposta inadequação da via eleita, decorrente da ausência de prova do direito líquido e certo e a necessidade de dilação probatória, consagrado está neste Tribunal que essa aferição demandaria a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos, o que implica reexame de provas - inviável em Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ.**

3. Agravo Interno do ESTADO DO PIAUÍ a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 514.092/PI, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/02/2019, REPDJe 26/02/2019, DJe 25/02/2019, grifo nosso)

Quanto a alegada violação aos artigos 35, XVIII, da Lei n. 4.737/1965, 7º, § 1º, V, da Lei n. 4.737/1965, e 20, IV, do Decreto n. 5.978/2006, vinculados à tese de ausência de quitação eleitoral, necessária para a emissão do passaporte, e de emissão exclusiva da Justiça eleitoral, observa-se que a recorrente apresentou argumentos dissociados do fundamento aplicado pelo acórdão recorrido.

Com efeito, a Corte de origem concluiu pela manutenção da segurança concedida com base no entendimento de que é irrazoável exigir documento que comprove situação (quitação eleitoral) impossível de ser realizada devido à suspensão dos direitos políticos do impetrante (por força de condenação criminal), *verbis* (fls.147/148):

No caso em apreço, em que pese não haver sido juntada cópia da sentença da ação penal, vê-se, em juízo de cognição sumária, que o impetrante realmente teve seus direitos políticos suspensos, conforme certidão fornecida pela Justiça Eleitoral (evento 1, OUT4) e decisão proferida na Execução Penal nº 5005777-06.2013.404.7006 (evento 1, EXECUMPR7).

Nessa hipótese, não havendo obrigação eleitoral a ser cumprida no período da suspensão, se, de um lado, a Justiça Eleitoral não pode atestar o efetivo cumprimento das obrigações eleitorais, de outro, essa pendência não pode obstar o exercício dos direitos civis do cidadão, sobretudo a liberdade de locomoção do impetrante, motivo pelo qual se revela necessária a atuação jurisdicional para ?ns de veri?cação da razoabilidade da exigência formal no caso concreto.

A exigência imposta ao impetrante pela autoridade coatora equivale a exigir-lhe comprovação de ter realizado um ato que lhe é vedado, o que é desprovido de razoabilidade. Nesse sentido, cito os seguintes precedentes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região:

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. mandado de segurança. EMISSÃO DE PASSAPORTE. SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS. PROVA DE QUITAÇÃO ELEITORAL. A certidão expedida pelo Cartório Eleitoral atestando a suspensão de direitos políticos em virtude de condenação criminal constitui prova suficiente de quitação com as obrigações eleitorais. Uma vez apresentada à autoridade administrativa, considera-se documento hábil para autorizar a confecção de passaporte. De outro lado, no contexto da situação fática que subjaz à relação processual em exame, não há que se falar em esgotamento do objeto da ação e na satisfatividade da medida como obstáculos insuperáveis ao deferimento do pedido liminar. Com efeito, havendo a colisão de interesses, consoante o princípio da proporcionalidade, deve ser privilegiado aquele de maior valor, in casu, o direito constitucionalmente garantido à liberdade de locomoção e ao livre exercício da profissão." (TRF4, AG 5043253-42.2016.404.0000, TERCEIRA TURMA, Relator FERNANDO QUADROS DA SILVA, juntado aos autos em 14/12/2016)

"ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PASSAPORTE. QUITAÇÃO COM A JUSTIÇA ELEITORAL. COMPROVAÇÃO. A certidão expedida pelo Cartório Eleitoral atestando a suspensão de direitos políticos em virtude de condenação criminal constitui prova suficiente de quitação com as obrigações eleitorais. Uma vez apresentada à autoridade administrativa, considera-se documento hábil para fins de obtenção de passaporte." (TRF4 5020078-09.2014.404.7107, QUARTA TURMA, Relatora VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, juntado aos autos em 13/02/2015)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. EXPEDIÇÃO DE PASSAPORTE. SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS. CERTIDÃO EXPEDIDA PELO CARTÓRIO ELEITORAL. A certidão expedida pelo Cartório Eleitoral atestando a suspensão dos direitos políticos do impetrante em virtude de condenação criminal é prova suficiente da inexistência de qualquer obrigação eleitoral pendente. Uma vez apresentada à autoridade administrativa, constitui documento hábil para autorizar a confecção de passaporte" (TRF4, AG 5006209-91.2013.404.0000, QUARTA TURMA, Relator LUÍS ALBERTO DAZEVEDO AURVALLE, juntado aos autos em 28/05/2013)

A urgência também está presente, uma vez que o impetrante comprovou que está com passagens compradas para viagem ao exterior no dia 01/06/2017 e retorno no dia 14/06/2017, conforme documentos juntados no evento 1, OUT6.

Ante o exposto, defiro a medida liminar para o fim de determinar à autoridade coatora apontada na inicial que reconheça a certidão de suspensão dos direitos políticos juntada no evento 1, OUT4, como comprovante de cumprimento das obrigações eleitorais do impetrante, para ?ns

# *Superior Tribunal de Justiça*

de emissão do seu passaporte, atendendo, assim, o requisito do art. 7º, § 1º, V, da Lei nº 4.737/1965, e art. 20, IV, do Decreto nº 5.978, salvo se por outro motivo deve ser indeferida a emissão do documento. (...)" (destaques no original)

Reputo que o contido nas informações da autoridade coatora não informam as conclusões a que se chegou por ocasião do deferimento da liminar. Ademais, como poderia o impetrante votar se está com os direitos políticos suspensos em virtude de condenação criminal?

Em acréscimo, consigno que "a competência do Juiz Eleitoral para emissão do documento que isenta de sanções legais aquele que, voluntariamente, mas por motivo justificado, deixa de votar (art. 10 do Código Eleitoral), não se confunde com a competência para processar e julgar mandado de segurança impetrado com vistas a compelir autoridade federal a emitir passaporte. Esta última é da Justiça Federal, nos termos do art. 109, inc. VIII, da Constituição Federal" (TRF4, AMS 2001.70.01.001662-0, TERCEIRA TURMA, Relator FRANCISCO DONIZETE GOMES, DJ 24/07/2002).

Por isso, reputo presente a configuração de direito líquido e certo e o pedido inicial é procedente.

Na hipótese, o impetrante apresenta com a inicial, certidão informando que, de fato, não está quite com a Justiça Eleitoral em razão da suspensão de seus direitos políticos, por força de condenação criminal, não podendo exercer seu direito de votar ou de regularizar sua situação enquanto perdurar o impedimento (Evento 1 - OUT4).

Deve, pois, ser mantida a sentença que concedeu a segurança postulada.

Tal situação não permite a exata compreensão da controvérsia e impede o conhecimento do recurso especial. Aplica-se à hipótese a Súmula 284/STF.

Ante o exposto, **conheço parcialmente do recurso especial** e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Caso tenham sido fixados honorários sucumbenciais anteriormente pelas instâncias ordinárias na vigência do CPC/2015, majoro em 10% os honorários advocatícios, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (§ 3º do artigo 98 do CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator